

01. Estar localizado na sociedade significa estar na interação de forças sociais específicas. Isto é, a pessoa age em sociedade dentro de sistemas relativamente rígidos e bem definidos de poder e prestígio. A localização na sociedade constitui uma definição de regras que têm de ser obedecidas. Mas esta obediência não seria possível sem que houvesse meios de controle social. Chamamos os efeitos desses métodos ou instrumentos de controle sobre o comportamento dos indivíduos de coerção social.

BERGER, Peter L. Perspectiva sociológica. Petrópolis: Vozes, 1973.

O trecho destacado retoma o conceito de coerção social delimitado na teoria sociológica por, entre outros pensadores, Émile Durkheim (1859-1917).

Em acordo com o trecho e com o emprego que Durkheim faz deste conceito, chegamos a um entendimento que a coerção social

- a) de forma rígida e definida, encontra-se disseminada nos processos sociais.
- b) encontra-se atuante sobre o indivíduo, mas não interfere em suas vontades.
- c) é reforçada por métodos e instrumentos idênticos em todas as sociedades.
- d) não é meio de controle social, pois encontra-se disseminada nas relações humanas.
- e) pode ser completamente ignorada por um indivíduo em determinada sociedade, através de sua vontade.

02. Leia o texto a seguir.

Sentir-se muito angustiado com a ideia de perder seu celular ou de ser incapaz de ficar sem ele por mais de um dia é a origem da chamada “nomofobia”, contração de no mobile phobia, doença que afeta principalmente os viciados em redes sociais que não suportam ficar desconectados. Uma parte da população acha que, se não estiver conectada, perde alguma coisa. E se perdemos alguma coisa, ou se não podemos responder imediatamente, desenvolvemos formas de ansiedade ou nervosismo.

(Adaptado de: O medo de não ter o celular à disposição cria nova fobia. Acesso em: 9 abr. 2012.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre socialização e instituições sociais, na perspectiva funcionalista de Durkheim, assinale a alternativa correta.

- a) A nomofobia reduz a possibilidade de anomia social na medida em que aproxima o contato em tempo real dos indivíduos, fortalecendo a integração com a vida social.
- b) As interações sociais via tecnologias digitais são uma forma de solidariedade mecânica, pois os indivíduos uniformizam seus comportamentos.
- c) O que faz de uma rede social virtual uma instituição é o fato de exercer um poder coercitivo e ao mesmo tempo desejável sobre os indivíduos.
- d) O uso de interações sociais por recursos tecnológicos constitui um elemento moral a ser compreendido como fato social.
- e) Para a nomofobia ser considerada um fato social, faz-se necessário que esteja presente em uma diversidade de grupos sociais.

03. A cidade desempenha papel fundamental no pensamento de Émile Durkheim, tanto por exprimir o desenvolvimento das formas de integração quanto por intensificar a divisão do trabalho social a ela ligada.

Com base nos conhecimentos acerca da divisão de trabalho social nesse autor, assinale a alternativa correta.

- a) A crescente divisão do trabalho com o intercâmbio livre de funções no espaço urbano torna obsoleta a presença de instituições.
- b) A solidariedade orgânica é compatível com a sociedade de classes, pois a vida social necessita de trabalhos diferenciados.
- c) Ao criar seres indiferenciados socialmente, o “homem massa”, as cidades recriam a solidariedade mecânica em detrimento da solidariedade orgânica.
- d) O efeito principal da divisão do trabalho é o aumento da desintegração social em razão de trabalhos parcelares e independentes.

e) O equilíbrio e a coesão social produzidos pela crescente divisão do trabalho decorrem das vontades e das consciências individuais.

04. De acordo com Durkheim, para se garantir a objetividade do método científico sociológico, torna-se necessário que o pesquisador mantenha certa distância e neutralidade em relação aos fatos sociais, os quais devem ser tratados como “coisas”.

Considerando a frase acima, fato social:

- a) Corresponde a um conjunto de normas e valores criados exteriormente, isto é, fora das consciências individuais.
- b) Corresponde a um conjunto de normas e valores que são criados diretamente pelos indivíduos para orientar a vida em sociedade.
- c) É desprovido de caráter coercitivo, uma vez que existe fora das consciências individuais.
- d) É um fenômeno social difundido apenas nas sociedades cuja forma de solidariedade é orgânica.
- e) Não pode ser compreendido devido a subjetividade, no conjunto de percepções sociais, que o sociólogo possui na multiplicidade de eventos.

05. A questão da tolerância entre diferentes grupos sociais é um problema mundial. Desta forma, ao se aplicar o estudo sociológico nos referidos grupos, pode-se concluir que para acabar com a intolerância, deve-se:

- a) Manter as diferenças existentes criando áreas de manifestação de grupos sociais.
- b) Manter cada sociedade em seu território reafirmando sua individualidade.
- c) Ignorar as diferenças e manter as tradições existentes em cada sociedade.
- d) Reconhecer que existem diferenças entre sociedades e aceitá-las.
- e) Ser radical na postura de intolerância e fechar em seu próprio mundo.

06. Ao longo dos anos 1990, a luta pelas condições de circulação por parte das pessoas com necessidades especiais foi uma constante na sociedade. Tal mobilização ocasionou ações como o rebaixamento das calçadas, construção de rampas para acesso a pisos superiores, para possibilitar o acesso ao transporte coletivo, entre outras.

SOUZA, M. A. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas. Disponível em: <http://ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010.

As lutas pelo direito à acessibilidade, movidas, principalmente, a partir dos anos de 1990, visavam garantir a

- a) igualdade jurídica.
- b) inclusão social.
- c) participação política.
- d) distribuição de renda.
- e) liberdade de expressão.

07. Leia o texto a seguir.

Justiça e Estado apresentam-se como elementos indissociáveis na filosofia política hobbesiana. Ao romper com a concepção de justiça defendida pela tradição aristotélico-escolástica, Hobbes propõe uma nova moralidade relacionada ao poder político e sua constituição jurídica. O Estado surge pelo pacto para possibilitar a justiça e, na conformidade com a lei, se sustenta por meio dela. No *Leviatã* (caps. XIV-XV), a justiça hobbesiana fundamenta-se, em última instância, na lei natural concernente à autoconservação, da qual deriva a segunda lei que impõe a cada um a renúncia de seu direito a todas as coisas, para garantir a paz e a defesa de si mesmo. Desta, por sua vez, implica a terceira lei natural: que os homens cumpram os pactos que celebrarem. Segundo Hobbes, “onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais”.

HOBBS, T. *Leviatã*. Trad. J. Monteiro e M. B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os Pensadores, cap. XIII.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Hobbes, conclui-se que:

- a) A humanidade é capaz, sem que haja um poder coercitivo que a mantenha submissa, de consentir na observância da justiça e das outras leis de natureza a partir do pacto constitutivo do Estado.
- b) A justiça tem sua origem na celebração de pactos de confiança mútua, pelos quais os cidadãos, ao renunciarem sua liberdade em prol de todos, removem o medo de quando se encontravam na condição natural de guerra.
- c) A justiça é definida como observância das leis naturais e, portanto, a injustiça consiste na submissão ao poder coercitivo que obriga igualmente os homens ao cumprimento dos seus pactos.
- d) As noções de justiça e de injustiça, como as de bem e de mal, têm lugar a partir do momento em que os homens vivem sob um poder soberano capaz de evitar uma condição de guerra generalizada de todos.

- e) A justiça torna-se vital para a manutenção do Estado, na medida em que as leis que a efetivam sejam criadas, por direito natural, pelos súditos, com o objetivo de assegurar solidariamente a paz e a segurança de todos.
08. Os homens não podem esperar uma conservação duradoura se continuarem no estado de natureza, ou seja, de guerra, e isso devido à igualdade de poder que entre eles há, e a outras faculdades com que estão dotados. A lei da natureza primeira, e fundamental, é que devemos procurar a paz, quando possa ser encontrada [...]. Uma das leis naturais inferidas desta primeira e fundamental é a seguinte: que os homens não devem conservar o direito que têm, todos, a todas as coisas. [...] aquele que submete sua vontade à vontade outrem transfere a este último o direito sobre sua força e suas faculdades - de tal modo que, quando todos os outros tiverem feito o mesmo, aquele a quem se submeteram terá tanto poder que, pelo terror que este suscita, poderá conformar as vontades particulares à unidade e à concórdia. [...] A união assim feita diz-se uma cidade, ou uma sociedade civil.

HOBBS, T. Do Cidadão. São Paulo: Martins Fontes, pp. 40 - 41; 45 - 46 e p. 1992, p. 109.

Thomas Hobbes (1588-1679) foi um dos mais influentes filósofos ingleses. Ao longo de suas obras, busca responder o problema da instituição da sociedade civil e o problema do fundamento da autoridade política. Pode-se afirmar, em acordo com a teoria hobbesiana, que:

- A instituição da sociedade civil fundamenta-se na sociabilidade natural do ser humano, pela qual os indivíduos hipoteticamente livres e iguais decidem submeter-se à autoridade comum de um só homem ou de uma assembleia.
- Além do pacto de associação para união de todos em um só corpo, é preciso que ao mesmo tempo se estabeleça o pacto de submissão de todos a um poder comum para a preservação da segurança e da paz civil.
- A soberania do povo encontra sua origem e seus princípios fundamentais no ato do contrato social constituído pelas vontades particulares dos indivíduos a fim de edificar uma vontade geral indivisível e inalienável.
- O estado de guerra decorre em última instância da necessidade fundamental dos homens, naturalmente iguais entre si, por aquisição de riquezas que faz com que cada um tenha direito a tudo.
- Apesar de a maioria dos homens serem violentos por natureza, alguns homens pacíficos e altruístas

conseguiram instituir o pacto social, que permite a formação da sociedade civil.

09. Na sua teoria, o estado de natureza é descrito como uma situação de violência generalizada provocada por um egoísmo exacerbado, no qual todos os outros indivíduos são vistos como obstáculos à satisfação dos desejos de um determinado indivíduo. Nessa situação, todos têm a possibilidade de eliminar o próximo porque todos possuem a liberdade suficiente para isso. Surge desta "guerra generalizada" a necessidade de se entrar num compromisso que crie condições que garantam a segurança de cada um.

BETTENCOURT, L. F. A teoria contratualista. Disponível em: <http://criticanarede.com/>. Acesso em: 17 jul. 2015.

O texto se refere à teoria de Thomas Hobbes (1588-1679), que trata dos fundamentos para a formação das sociedades. Hobbes afirma que a situação descrita pelo texto seria superada pelo estabelecimento de um contrato social, no qual se pode identificar que os indivíduos

- assinam um termo de compromisso em que se organizam para serem menos egoístas.
  - cedem sua liberdade a um governo, ao qual aceitam obedecer em troca da estabilidade.
  - comprometem-se a não agredir uns aos outros, assim como a punir coletivamente os que o fizerem.
  - elaboram um sistema competitivo em que seus desejos possam ser satisfeitos sem agressão.
  - juram seguir os mandamentos bíblicos, de forma a garantir a paz da comunidade.
10. Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Brasília: Ed. UnB, 1979 (adaptado).

Em O Príncipe, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.

- b) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.
  - c) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
  - d) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
  - e) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
11. O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá se mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levam ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. São Paulo: Martin Claret, 2009. (Enem 2010).

No século XVI, Maquiavel escreveu O Príncipe, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante. Em acordo com o texto, pode-se inferir acerca do pensamento de Maquiavel, no que diz respeito ao comportamento de um príncipe, que

- a) a atitude do governante para com os governados deve estar pautada em sólidos valores éticos, devendo o príncipe punir aqueles que não agem eticamente.
- b) o bem comum e a justiça não são os princípios fundadores da política; esta, em função da finalidade que lhe é própria e das dificuldades concretas de realizá-la, não está relacionada com a ética.
- c) o governante deve ser um modelo de virtude, e é precisamente por saber como governar a si próprio e não se deixar influenciar pelos maus que ele está qualificado a governar os outros, isto é, a conduzi-los à virtude.
- d) o bem supremo é o que norteia as ações do governante, mesmo nas situações em que seus atos pareçam maus.
- e) a ética e a política são inseparáveis, pois o bem dos indivíduos só é possível no âmbito de uma comunidade política onde o governante age conforme a virtude.

12. Anaxímenes de Mileto disse que o ar é o elemento originário de tudo o que existe, existiu e existirá, e que outras coisas provêm de sua descendência. Quando o ar se dilata, transforma-se em fogo, ao passo que os ventos são ar condensado. As nuvens formam-se a partir do ar por feltragem e, ainda mais condensadas, transformam-se em água. A água, quando mais condensada, transforma-se em terra, e quando condensada ao máximo possível, transforma-se em pedras.

BURNET, J. A aurora da filosofia grega. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

Na mitologia grega temos narrativas acerca de vários deuses onde encontramos a explicação para fenômenos naturais. Zeus, por exemplo, é o deus que governa sobre todos os outros deuses e exerce o controle sobre diversos domínios da natureza, em especial sobre as condições climáticas, sendo o responsável pelos raios e tempestades.

O trecho sobre Anaxímenes (c. 585 – c. 528 a.C.) nos permite afirmar que sua filosofia se difere do discurso mitológico na medida em que

- a) busca estabelecer um princípio para os fenômenos naturais a partir de seus elementos físicos, e não da vontade de divindades.
- b) faz referência a verdades científicas baseadas em experimentos, que o permitiram observar o processo de transformação de um elemento em outro.
- c) nega a existência de um princípio único para as coisas, estabelecendo a transformação como única regularidade natural.
- d) estabelece o deus do céu como divindade principal por ter em seu domínio o elemento mais poderoso, o ar.
- e) toma como verdadeiro acerca dos fenômenos naturais apenas aquilo que podemos afirmar a partir das histórias tradicionais.

13. Tales foi o iniciador da filosofia da *physis*, pois foi o primeiro a afirmar a existência de um princípio originário único, causa de todas as coisas que existem, sustentando que esse princípio é a água. Essa proposta é importantíssima... podendo com boa dose de razão ser qualificada como a primeira proposta filosófica daquilo que se costuma chamar civilização ocidental.”

REALE, Giovanni. História da filosofia: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990. p. 29.

A filosofia surgiu na Grécia, no século VI a.C. Seus primeiros filósofos foram os chamados pré-socráticos. Em acordo com o texto, pode-se inferir que a principal área de investigação destes filósofos foi:

- a) A ética, enquanto investigação racional do agir humano.
- b) A estética, enquanto estudo sobre o belo na arte.
- c) A epistemologia, como avaliação dos procedimentos científicos
- d) A cosmologia, como investigação acerca da origem e princípios de ordenação do mundo.
- e) A filosofia política, enquanto análise do Estado e sua legislação.